Nota de
0,0 a 10,0

# Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

## Subárea: **Direito Tributário**

A presente prova de conhecimentos específicos visa a evidenciar que o(a) candidato(a) estudou de forma crítica toda a bibliografia indicada. Por tal razão, solicita-se que as respostas se limitem ao conteúdo da bibliografia, abstendo-se de referências ou citações externas, que serão desconsideradas. Apresentam-se duas questões reflexivas, subdivididas em itens. Cada um destes deve ser respondido separadamente, recomendando-se que se empreguem de 10 a 15 linhas para a resposta.

Questão 1

Diferentemente do que ocorre em outros países, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tratou de maneira ampla e minudente de diversos aspectos relacionados à tributação. Por esse motivo, a doutrina identifica um verdadeiro Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. Não obstante, é certo que a Constituição não exaure as questões tributárias no Brasil, sendo necessário identificar os limites e condicionantes das competências por ela atribuídas aos Poderes Legislativo e Executivo dos diferentes entes tributantes. A partir dessa ideia, solicita-se o exame dos seguintes itens:

a. Na (re)construção da norma tributária, questiona-se a relevância do Direito Privado e a consideração econômica, seja na definição de competências tributárias, seja na interpretação e aplicação da lei ordinária. Apresentar, a partir da bibliografia examinada, o estágio do debate, levando em conta as peculiaridades do Ordenamento brasileiro. (2,5 pontos)

b. Dentre os desafios que se impõem ao Direito Tributário no século XXI, a preservação da segurança jurídica se sobressai. Enquanto muitos ainda se mantêm firmes em ideias como "tipicidade cerrada" e irretroatividade da lei, constata-se que a realidade econômica é plural, dificilmente captada por textos fechados e regras formais. Cláusulas gerais e conceitos indeterminados não podem ser considerados exceções ao ordenamento tributário, mas parte relevante dele. Ao mesmo tempo, vê-se o contribuinte surpreendido por regras retrospectivas, em face das quais garantias formais parecem insuficientes. Examinar tais desafios impostos pelo sistema tributário. (2,5 pontos)

Questão 2

A tributação da renda vem sofrendo vera revolução, seja por mudanças legislativas (implementadas ou em estudo) provocadas por alterações nos padrões contábeis ou por contingências no cenário internacional, seja em virtude de posições jurisprudenciais. Solicita-se o exame dos seguintes itens:

a. O lucro real, enquanto base do imposto de renda, tem historicamente partido do lucro contábil. Sabemos que o processo contábil evoluiu rumo à convergência com o padrão IFRS. Esta convergência traz desafios à matéria tributária, seja à vista de seu escopo, seja por conta de parâmetros constitucionais e da Lei Complementar. Comente os principais desafios. (2,5 pontos)

b. O Princípio da Realização da Renda não se encontra expresso em qualquer texto legal. Pode-se, entretanto, considerá-lo inserido no ordenamento brasileiro. Como fundamentá-lo à luz da Constituição e da Lei Complementar? (2,5 pontos)